

Procedimento concursal comum para ocupação de 1 (um) posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto, destinado a candidatos com ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecido, para o Departamento de Fiscalização e Controlo.

João Almeida Ramos
45

Ata n.º 1

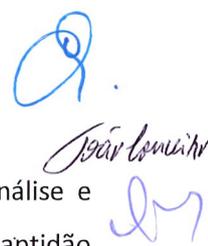
Aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas 10 horas, por videoconferência, reuniu o júri designado para o procedimento concursal de recrutamento de trabalhadores para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, no âmbito da contratação excepcional de trabalhadores, na modalidade de contrato a termo resolutivo incerto, pelo período máximo de execução dos respetivos projetos na execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

Estiveram presentes os membros do júri designados por deliberação do Conselho Diretivo do IAPMEI, I.P., de 10 de março de 2023: o presidente, Carlos Almeida Ramos, Chefe de Departamento de Fiscalização e Controlo, o 1.º vogal suplente, João Filipe Duarte Baptista Couceiro, técnico superior do Departamento de Fiscalização e Controlo, e a 2.ª vogal suplente, Maria Carolina Vellez Carozo Sequeira Barroso Travassos, Chefe de Departamento do Departamento de Recursos, com o objetivo de: (1) determinar os requisitos específicos e preferenciais de admissão ao presente procedimento concursal; (2) fixar os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação do único método de seleção a utilizar, a grelha classificativa e a valoração final; (3) determinar os critérios de desempate para ordenação dos candidatos na respetiva ordenação final.

Este procedimento rege-se pelas disposições contidas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014 (LTFP), de 20 de junho, pela Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada por Portaria, e pelo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA).

Ponto Um – O júri determinou que, para além dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º anexo à LTFP, constituem também requisitos específicos e/ou preferenciais de admissão:

- a) Grau académico: Licenciatura preferencialmente em Economia, Gestão ou Auditoria;
- b) Possuir conhecimentos técnicos e experiência profissional, nomeadamente na: análise e avaliação de projetos de investimento; análise financeira, contabilidade e auditoria (bons conhecimentos de contabilidade (SNC) e normas contabilísticas; domínio de Microsoft Office, em especial Excel); realização de auditorias a projetos; realização de verificações no local; monitorização da



João Loureiro

recuperação de fundos; sistemas de gestão de incentivos, ferramentas de gestão (análise e encerramento) e regulamentos específicos (legislação nacional e comunitária). Possuir aptidão para o exercício da função, nomeadamente, no que se refere a: orientação para resultados; orientação para o serviço público; iniciativa e autonomia; responsabilidade e compromisso com o serviço; trabalho de equipa e cooperação.

Os candidatos com certificados comprovativos da posse de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, sob pena de exclusão, documento comprovativo da obtenção do reconhecimento dessas habilitações em território nacional, de acordo com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, e com a Portaria n.º 33/2019, de 25 de janeiro.

O júri deliberou não haver lugar à substituição do nível habilitacional exigido por formação adequada ou experiência profissional.

Ponto Dois – Por razões de celeridade, designadamente por se tratar de um procedimento com carácter de urgência, apenas será aplicado o método de seleção obrigatório avaliação curricular (AC), conforme previsto no artigo 5.º da Portaria n.º 161-A/2021, de 26 de julho (diploma legal que regulamenta a tramitação do procedimento concursal para a contratação excecional de trabalhadores a termo, no âmbito da execução do PRR).

Assim, o júri deliberou o seguinte quanto ao único método de seleção a aplicar:

➤ Avaliação curricular (AC)

A avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, e a experiência profissional.

Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da Portaria, a avaliação curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com uma classificação final expressa até às centésimas e resultará da média aritmética ponderada das valorações obtidas nos diferentes elementos a avaliar.

Foi deliberada e aprovada, pelo júri, a seguinte grelha de avaliação respeitante a este método, o qual é composto pelos seguintes elementos:

- a) Habilitação académica (HA), em que será considerada a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida.

Critérios de valorização	Valoração
Habilitação legalmente exigida para o posto de trabalho	10

De grau superior à exigida para o posto de trabalho	14
Habilitação legalmente exigida para o posto de trabalho na área de Economia, Gestão ou Auditoria	16
De grau superior na área de Economia, Gestão ou Auditoria, ou desde que relacionada com a área funcional a que se candidata	20

Na valorização da habilitação académica (HA) será considerada aquela que tiver uma valorização maior.

- b) Formação profissional (FP), consideram-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função, que se encontrem devidamente comprovadas. Serão apenas considerados os certificados com data não superior a 5 anos.

Critérios de valorização	Valoração
Sem ações de formação e aperfeiçoamento profissional com relevância para as atribuições/competências/atividades para as quais se candidata	0
Com ações de formação e aperfeiçoamento profissional com relevância para as atribuições/competências/atividades para as quais se candidata, com duração inferior a 25 horas	10
Com ações de formação e aperfeiçoamento profissional com relevância para as atribuições/competências/atividades para as quais se candidata, com duração entre as 25 horas e inferior a 50 horas	12
Com ações de formação e aperfeiçoamento profissional com relevância para as atribuições/competências/atividades para as quais se candidata, com duração entre as 50 horas e inferior a 75 horas	14
Com ações de formação e aperfeiçoamento profissional com relevância para as atribuições/competências/atividades para as quais se candidata, com duração entre as 75 horas e inferior a 100 horas	16
Com ações de formação e aperfeiçoamento profissional com relevância para as atribuições/competências/atividades para as quais se candidata, com duração igual ou superior a 100 horas	20

Quando a duração das ações se encontre expressa em:

Dias – Será considerada a duração de 7 horas por dia;

Semanas – Será considerada a duração de 35 horas por semana;

Meses – Será considerada a duração de 140 horas por mês.

Na falta de qualquer indicação referente à respetiva duração, a(s) ação(ões) não será(ão) considerada(s).

- c) Experiência profissional (EP), considera-se o tempo de serviço com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas, contado em anos completos, que se encontrem devidamente comprovadas.

Critérios de valorização	Valoração
Sem experiência profissional na área correspondente às atribuições/competências/atividades inerentes ao posto de trabalho	0
Com menos de 2 anos de serviço na área correspondente às atribuições/competências/atividades inerentes ao posto de trabalho	10
Entre 2 anos e inferior a 5 anos de serviço na área correspondente às atribuições/competências/atividades inerentes ao posto de trabalho	12
Entre 5 anos e inferior a 10 anos de serviço na área correspondente às atribuições/competências/atividades inerentes ao posto de trabalho	16
Com 10 anos ou mais de serviço na área correspondente às atribuições/competências/atividades inerentes ao posto de trabalho	20

A classificação final da avaliação curricular, expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas, resulta da média aritmética ponderada, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

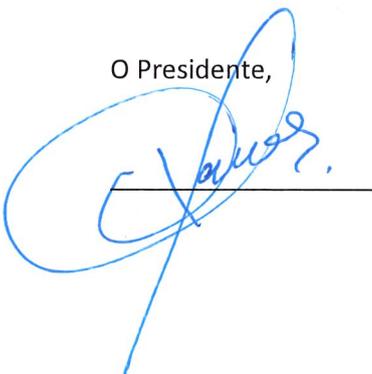
$$CF = \frac{(HA + (2 \times FP) + EP)}{4}$$

Serão excluídos do procedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 21.º da Portaria, os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores o referido método de seleção.

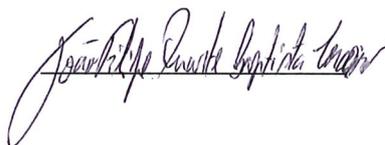
Ponto Três – Em caso de igualdade de valoração, os critérios de ordenação preferencial a adotar são os constantes do artigo 24.º da Portaria. Após a aplicação dos referidos critérios de desempate, subsistindo ainda empates, o júri deliberou, por unanimidade, aplicar os seguintes critérios: 1.º - maior tempo de experiência profissional na área de atuação inerente ao posto de trabalho a ocupar, tendo em consideração os anos, meses e dias, quando possível; 2.º - maior número de horas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função; 3.º - melhor média final do nível habilitacional detido.

E por nada mais haver a deliberar deu-se por finda a reunião às 10 horas e 50 minutos, da qual foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros do júri presentes.

O Presidente,



O 1.º vogal suplente,



A 2.ª vogal suplente,

